

vol. 31, n. 04 | outubro/dezembro - 2022
Belo Horizonte | p. 1-385 | ISSN 2594-4932 | DOI: 10.33242/rbdc.2022.04
Revista Brasileira de Direito Civil

Revista Brasileira de
Direito Civil

RBDCivil

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO CIVIL

© 2022 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430 –
Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira
Capa: Walter Santos

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

R454 Revista Brasileira de Direito Civil - RBDCivil. – volume 11, jan./mar.
2017) -. – Belo Horizonte: Fórum, 2017--.

Trimestral
ISSN 2594-4932

Publicada do v. 1, jul./set. 2014 ao v. 10, out./dez. 2016 pelo
Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil.

1. Direito Civil. 2. Direito. I. Fórum.

CDD: 342.1
CDU: 347

Apresentação

A *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil* tem por objetivo fomentar o diálogo e promover o debate, a partir de perspectiva interdisciplinar, das novidades doutrinárias, jurisprudenciais e legislativas no âmbito do Direito Civil e de áreas afins, relativamente ao ordenamento brasileiro e à experiência comparada, que valorize a abordagem histórica, social e cultural dos institutos jurídicos.

Este volume da *RBDCivil* é composto das seguintes seções:

- Editorial;
- Doutrina:
 - (i) doutrina nacional;
 - (ii) doutrina estrangeira;
 - (iii) tribuna de honra;
 - (iv) jurisprudência comentada; e
 - (v) parecer;
- Atualidade;
- Resenha;
- Vídeos e áudios.

Endereço para contato:

Rua Primeiro de Março, 23 – 10º andar

20010-000 Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tel.: (55) (21) 2505 3650

Fax: (55) (21) 2531 7072

E-mail: rbdcivil@ibdcivil.org.br

Expediente

DIRETOR

Gustavo Tepedino

Professor Titular de Direito Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

CONSELHO EDITORIAL

Francisco Infante Ruiz

Professor Titular de Direito Civil (Direito Privado Comparado) da Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, Espanha.

Gustavo Tepedino

Professor Titular de Direito Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Luiz Edson Fachin

Professor Titular de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Paulo Lôbo

Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Pietro Perlingieri

Professor Emérito da Università del Sannio, Benevento, Itália. Doutor *honoris causa* da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

COORDENADORES EDITORIAIS

Aline de Miranda Valverde Terra – Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Professora da Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Ana Carolina Brochado Teixeira – Professora do Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Daniel Bucar Cervasio – Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Professor do Ibmec – Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

CONSELHO ASSESSOR

Andreza Cássia da Silva Conceição – Mestranda em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Bernardo Salgado – Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Caio Ribeiro Pires – Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Deborah Pereira Pinto dos Santos – Doutora em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Marília Carneiro da Cunha Lopes – Mestranda em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Sumário

Editorial	13
-----------------	----

ARTIGOS

DOCTRINA NACIONAL

Integração dos contratos na perspectiva civil constitucional

Victor Wilcox	19
1 Introdução: a pluralidade de fontes normativas	20
2 Interpretação, aplicação e integração: uma linha divisória tênue	21
3 Modalidades de integração	24
4 A integração pela equidade.....	26
5 A integração pelos usos e costumes	29
6 A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica: novas perspectivas para a intepretação e a integração dos contratos?.....	34
7 Considerações finais.....	37
Referências.....	38

Partilha da valorização das cotas sociais

Simone Tassinari Cardoso Fleischmann, Caroline Pomjé	41
1 Introdução.....	41
2 Do entendimento fixado pelo Superior Tribunal de Justiça	43
2.1 Do julgamento do Recurso Especial nº 1.173.931/RS	45
2.2 Do julgamento do Recurso Especial nº 1.595.775/AP	46
3 Desenhos fáticos e soluções jurídicas possíveis	48
3.1 Lucros apurados por uma sociedade cuja participação societária foi adquirida por um dos cônjuges/companheiros durante a união e que foram revertidos para o sócio por meio de distribuição de dividendos	49
3.2 Lucros apurados por uma sociedade cuja participação societária foi adquirida por um dos cônjuges/companheiros antes da união e que foram revertidos para o sócio por meio de distribuição de dividendos	51
3.3 Lucros apurados por uma sociedade cuja participação societária foi adquirida por um dos cônjuges/companheiros e que foram mantidos em conta reserva da empresa ..	51
3.4 Lucros apurados por uma sociedade cuja participação societária foi adquirida por um dos cônjuges/companheiros durante a união e que foram reinvestidos no capital social da empresa, com consequente valorização das cotas sociais existentes	53
3.5 Lucros apurados por uma sociedade cuja participação societária foi adquirida por um dos cônjuges/companheiros antes da união e que foram reinvestidos no capital social da empresa, com consequente valorização das cotas sociais existentes	55
4 Conclusão	57
Referências	58

Das práticas parentais e a urgência da construção de um relacionamento parental mínimo à promoção da dignidade humana

Ana Carla Harmatiuk Matos, Diego Fernandes Vieira	61
Introdução.....	62
1 Do princípio da paternidade responsável e o exercício da autoridade parental.....	63
2 Das práticas parentais negativas e a violação dos direitos infantojuvenis	70
3 Da construção teórica a um mínimo convivencial como forma de proteção e promoção da dignidade humana	76
Considerações finais.....	84
Referências.....	86

Análise crítica das variações da legítima e da liberdade de testar na Ibero-América

Walsir Edson Rodrigues Júnior, Pollyanna Thays Zanetti	91
1 Introdução.....	92
2 Os três grandes sistemas sucessórios	94
3 O berço do direito ibero-americano: Portugal e Espanha	99
3.1 Portugal	100
3.1.1 Fundamentos do direito sucessório e da quota legítima em Portugal.....	100
3.1.2 A sucessão legal e a porção da legítima no ordenamento jurídico português.....	102
3.1.3 Principais críticas à sucessão legitimária em Portugal.....	103
3.2 Espanha	107
3.2.1 Fundamento do direito sucessório e da quota legítima na Espanha.....	107
3.2.2 A sucessão necessária e a quota legítima no ordenamento jurídico espanhol	110
3.2.3 Principais críticas à sucessão necessária na Espanha	112
4 Conclusão	114
Referências	116

O mero aborrecimento e a justiça defensiva: a tragédia do ilícito lucrativo em favor do alegado desafogamento do Judiciário

Antônio Carlos Efiging, Aline Maria Hagers Bozo	121
1 Introdução.....	122
2 Sistema de responsabilidade civil	124
2.1 Conceito básico de responsabilidade civil	124
2.2 Elementos da responsabilidade civil/pressupostos do dever de indenizar	125
2.3 Responsabilidade civil no CDC.....	128
3 Teoria do mero aborrecimento e a banalização do dano moral.....	131
4 Justiça defensiva	139
5 Considerações finais.....	141
Referências.....	142

Taxatividade dos direitos reais e o direito real de disposição: um direito real oculto

Alexandre Freitas Câmara	145
1 Introdução. Conceito de direito real. Direitos reais “absolutos” e limitados. A taxatividade dos direitos reais	146
1.1 A taxatividade dos direitos reais como regra e não como princípio	148
1.2 Existem direitos reais atípicos?.....	151

2	O direito real oculto. Por que o direito de disposição do consignatário deve ser considerado um direito real?.....	153
3	Conclusão.....	164
	Referências.....	164

DOCTRINA ESTRANGEIRA

Da sustentabilidade na conformação do interesse social

	Tiago Manuel de Sousa Freitas e Costa	169
1	Formulação do problema	169
2	O interesse social/interesse da sociedade	170
2.1	As teorias contratualistas.....	172
2.2	Teorias institucionalistas.....	174
2.3	<i>Shareholder e stakeholder approach</i>	177
3	A conformação jurídica do interesse social	179
3.1	A personalidade jurídica coletiva	180
3.2	O escopo societário e a consideração de outros sujeitos	182
4	A sustentabilidade. Os fatores ESG.....	184
5	A responsabilidade empresarial e o problema da sustentabilidade.....	186
6	Conclusões	193
	Referências.....	196

TRIBUNA DE HONRA

Proteção dos consumidores contra as cláusulas abusivas: a *Cour de Cassation va piano*

	Denis Mazeaud, Rafael Cândido da Silva (Tradutor)	203
I	A ausência de proteção do consumidor-mutuário contra a cláusula controvertida ...	205
II	A ausência de responsabilidade do banco	209
	Epílogo	211

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

Comentário aos recursos especiais nºs 1.819.075/RS e 1.884.483/PR

	José Luis Bolzan de Moraes, Bruno José Calmon du Pin Tristão Guzansky	215
1	Airbnb: origem, o que é e como opera	216
2	Modelos regulatórios internacionais	219
3	Tentativas de regulamentação no Brasil.....	221
4	Os recursos especiais nºs 1.819.075/RS e 1.884.483/PR.....	224
5	Críticas e reflexões	231
	Referências.....	235

Análise dos fundamentos das decisões judiciais que condenaram Estados pela morosidade processual

	Taisa Maria Macena de Lima, Frederico Oliveira Freitas	239
	Introdução.....	240

1	Fundamentos jurídicos utilizados para negar o direito à indenização pela morosidade processual	241
2	Análise de decisões judiciais pátrias que condenaram Estados a pagar indenizações em razão da morosidade processual	246
3	Análise dos fundamentos de decisões de tribunais internacionais que condenaram o Brasil ou outros países pela prática da morosidade processual	254
	Considerações finais.....	260
	Referências	262

PARECER

Interpretação do art. 608 do Código Civil pela Constituição Federal

José Roberto de Castro Neves	267
I Os fatos e a consulta.....	267
II Os quesitos.....	267
III O parecer.....	268
III.1 Introdução.....	268
III.2 Panorama constitucional da atividade laborativa.....	268
III.3 A livre iniciativa e concorrência e a valorização do trabalho.....	269
III.4 A contratação de prestadores de serviços vinculados a terceiros.....	271
III.5 A contratação de ex-funcionários da Sociedade Atuante no Setor B pela Consulente.....	276
IV Resposta aos quesitos	277

ATUALIDADE

Vulnerabilidade da pessoa idosa e o descumprimento do dever de cuidado por abandono afetivo inverso

Jacqueline Lopes Pereira, Mariana Demetruk Marchioro	283
Introdução.....	284
1 As pessoas idosas como sujeitos concretos do direito brasileiro contemporâneo ..	285
2 O dever de cuidado da família para com os idosos	288
3 O horizonte de proteção da pessoa idosa no contexto de abandono afetivo inverso...	291
Conclusão.....	296
Referências.....	297

Prisão civil por dívida alimentar na pandemia: uma análise das decisões do Superior Tribunal de Justiça perante o princípio do melhor interesse da criança e os direitos da mulher

Elisa Costa Cruz	301
1 Aspectos gerais da execução de alimentos	302
2 O efeito da pandemia sobre a execução de alimentos pelo rito da prisão	305
3 Pós-pandemia?.....	310
4 Conclusão	312
Referências.....	313

Impactos na sucessão do filho concebido via reprodução humana assistida
post mortem

Ana Luiza Maia Nevares	315
1 Breve introito.....	316
2 A reprodução humana assistida <i>post mortem</i> no ordenamento jurídico brasileiro ...	316
3 A autorização específica para a reprodução humana assistida <i>post mortem</i> . O julgamento do REsp nº 1.918.421/SP, ocorrido em 8.6.2021, pelo Superior Tribunal de Justiça	320
4 A sucessão hereditária diante da reprodução humana assistida <i>post mortem</i>	322
5 Angústias e reflexões: à guisa de conclusão	325
Referências.....	330

A proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes: um debate sobre o direito à privacidade a partir da obra *1984* de George Orwell

Conrado Paulino da Rosa, Luiza Rodrigues Pin	333
Introdução.....	334
1 Breve análise do livro <i>1984</i> , de George Orwell	335
2 Distopia ou realidade? Semelhanças da narrativa literária com o cenário atual	338
3 Captação dos dados pessoais por empresas privadas.....	340
4 Direito à privacidade e proteção de dados de crianças e adolescentes	342
5 A LGPD e o tratamento de dados sensíveis de crianças e adolescentes.....	344
Conclusão	348
Referências.....	350

Apontamentos sobre a cláusula penal a partir da superação da tese da dupla função

Gustavo Tepedino, Carlos Nelson Konder	353
1 Notas introdutivas.....	354
2 A superação da tese da dupla função da cláusula penal	355
3 A cláusula penal em reforço de obrigação especial	357
4 O art. 413 como norma de contenção	358
5 A irrenunciabilidade da cláusula penal pelo credor.....	361
6 Distinção da cláusula penal ante outras figuras: a multa penitencial e a cláusula de indenização	362
7 Considerações finais.....	364
Referências.....	365

RESENHA

Resenha à obra *A resolução do contrato de longa duração pela quebra da confiança*, de MOREIRA, Rodrigo Cavalcante. Rio de Janeiro: Almedina, 2021

Gustavo Kloh Muller Neves	369
--	-----

VÍDEOS E ÁUDIOS	377
------------------------------	-----

SUBMISSÃO DE ARTIGOS	379
----------------------------	-----

AUTHOR GUIDELINES	383
-------------------------	-----